

Solidários na desgraça ou desgraçados sem solidariedade?

Os episódios mais recentes da nossa história comum – que é muito mais do meramente coletiva – coloca-nos diante de uma experiência quase dramática de cada um e de todos: num ápice caiu o (propagandeado) ‘sucesso’ económico; aquilo que há um mês – início de março – era certeza, hoje – meados de abril – é dúvida, medo ou ansiedade; setores que eram considerados de grande pujança, estão hoje nas ruas da amargura, senão fechados prestes a implodir; filas de espera nos restaurantes trocaram de indumentária e mendigam à porta dos espaços assistenciais particulares ou institucionais; as escolas estão vazias e tristemente silenciosas, onde agora chilreiam pássaros antes eram tolhidos pelo barulho das crianças; os espaços de culto estão encerrados à participação de fiéis, entretanto transformados em telespectadores e cibernautas com celebrações à la carte; aquilo que antes era normal, agora é considerado excepcional... a alma da nossa identidade cultural foi ferida, está magoada e, nalguns casos, quase moribunda...

Talvez estejamos a viver a pior crise humanitária generalizada desde o final da segunda guerra mundial: esta é cultural e não só bélica; é de regime e não só de sistema; é de todos e não de uns tantos, que se reclamavam vencedores; agora somos todos derrotados... até os que possam tê-la desencadeado. O mundo foi varrido por esta pandemia em resultado de muitos condicionantes, razoáveis ou até irracionais.

Se a saúde – biológico-química sem deixar de atender à de índole psicológico-espiritual – foi posta em risco, algo mais nos deve fazer refletir sobre tantos dos problemas a que temos dado alguma importância, pois muitos deles não passam de ninharias diante do essencial. A transversalidade de tudo que estamos a viver faz-nos ser mais humildes, pois não conseguimos ascender de uns sobre os outros e, quem tal ousar, saberá que está a faltar à verdade moral, filosófica e até metafísica.

= Será, entretanto, oportuno recordar a contraposição entre os princípios, tendencialmente, individualistas da ‘revolução francesa’ de 1789 – liberdade, igualdade e fraternidade – com novos princípios e critérios decorrentes da revolução de 1989, com a queda do ‘muro de Berlim’ – cf. João Paulo II, carta encíclica ‘*Centesimus annus*’, no centenário da *Rerum novarum*, de 1 de maio de 1991, n.ºs 22-29. De algum modo se introduz uma nova designação daqueles princípios agora mais na dimensão personalista da pessoa e da convivialidade com os outros: democracia, participação e solidariedade.

É tendo em conta esta onda de interdependência em tudo o que temos estado a fazer – e o mais que possa vir a ser preciso – é pouco, embora significativo. Com efeito, será tomando medidas para sustentar o contágio do ‘covid-19’ que estaremos a cuidar de nós mesmos e dos outros numa intercomunhão de gestos, de atitudes e de ações.

Esta pandemia veio colocar a nu muito daquilo que já anteriormente era considerado subjacente: há uma razoável fatia (ou será fação?) da nossa sociedade que ainda não interiorizou que estamos em interligação muito mais do que funcional, logo que se um não aceita as regras sociais ou não se comporta em função dos outros, todos somos prejudicados... mais cedo do que mais tarde.

= Nesta conjugação de vivências a que temos estado a ser submetidos, há questões que não podemos deixar de atender. Mais do que solidários na desgraça temos de saber criar condições para sermos solidários nas boas propostas, na criação de um razoável espírito de partilha, na conjugação dos critérios de convivência, na sintonia com os valores de humanismo, na disponibilidade para sabermos estar mais a pensar nos outros do que em nós mesmos.

Mesmo que uma certa maioria da comunicação social nos vá infestando de notícias negativas e obscuras, temos de ir vislumbrando sinais de esperança em tantos gestos de dedicação aos outros, seja na área da saúde, seja no âmbito do social. Os números estão dados a público: mais de cem mil idosos (velhos, muito velhos) vivem em lares de não-família, muitos deles cuidados por instituições de benemerência com suporte cristão – misericórdias, IPSS (centros paroquiais ou outros), associações de base solidária – que minorizam os estragos da solidão a que muitos dos mais velhos são lançados. Espera-se que o Estado acorde para este setor da ‘economia social’ e não se limite a lançar dinheiro aos seus apaniguados... na cor ou na ideologia!

António Sílvio Couto